

SEMANA PEDAGÓGICA 2014

Anexo 25

FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO
CURRÍCULO ESCOLAR NAS DIRETRIZES
CURRICULARES ORIENTADORAS PARA A
REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
(DCEs)

1º Semestre - 2014



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL,
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO CURRÍCULO ESCOLAR NAS DIRETRIZES CURRICULARES ORIENTADORAS PARA A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ (DCEs)

Um projeto educativo [...] precisa atender igualmente aos sujeitos, seja qual for sua condição social e econômica, seu pertencimento étnico e cultural e às possíveis necessidades especiais para aprendizagem. Essas características devem ser tomadas como potencialidades para promover a aprendizagem dos conhecimentos que cabe à escola ensinar, para todos. (DCEs p.17)

INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado com a intenção de contribuir com a construção do planejamento das instituições de ensino para o ano letivo de 2014, considerando a necessária integração entre os diferentes Planos de Trabalho Docente (PTDs) e a importância do trabalho das Equipes Pedagógicas nessa articulação. Consideramos, também, que as reflexões, debates e sínteses realizadas nesta Semana Pedagógica, partindo-se das contribuições dos Professores João Luiz Gasparin e Nereide Saviani, estão, em certo sentido, presentes no principal Documento Orientador do currículo assumido pela Rede Estadual de Educação. As Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Rede Estadual de Educação do Paraná (DCEs), resultantes de um longo percurso de discussões entre os profissionais da educação do Paraná, concebem os fundamentos curriculares partindo do principal sentido da educação pública: a função social da escola. Entendemos que tal

função alicerça-se em uma práxis pedagógica determinada e intencional que tem como meta primordial **assegurar aos sujeitos da escola pública o acesso pleno e democrático ao conhecimento historicamente construído e sistematizado, assim como aos meios necessários para a elaboração de novos conhecimentos.**

Nesse sentido, a efetivação do objetivo social da escola pública traduz-se num processo histórico com avanços, recuos, revisões e novas proposições, na busca da universalização da qualidade social da educação. Assim, também, as práticas curriculares “selecionadas e adotadas” pelas instituições de ensino estão diretamente relacionadas à concepção de sociedade que se pretende reforçar e à quais grupos sociais se pretende favorecer. Por isso, as DCEs, ao destacarem o papel da educação básica pública no Brasil, reafirmam a necessária centralidade dos “sujeitos da escola” na organização político-pedagógica das instituições com o “objetivo de construir uma sociedade justa, onde oportunidades [educativas] sejam iguais para todos” (DCEs, p.16).

Com esse norte, a seguir, de forma sucinta, destacamos em tópicos alguns fundamentos das DCEs.

1. Opção pela organização disciplinar do currículo e pelo tratamento integrado e contextualizado dos conteúdos, favorecendo as relações interdisciplinares

As DCEs afirmam, seguindo fundamentos de pedagogias progressistas, que só a disciplinaridade garante que as especificidades dos conhecimentos possam ser ensinadas e aprendidas, pois cada ciência, cada campo do conhecimento tem sua epistemologia singular. Este fato, no entanto, não impede que as diferentes disciplinas, traduzidas nos diferentes PTDs, dialoguem entre si. Ao contrário das visões mais simplórias de interdisciplinaridade, as DCEs indicam que só mediante o aprofundamento de cada um dos conteúdos, considerando suas complexidades específicas, é possível realizar as aproximações e perceber as conexões entre eles. Conforme as DCEs, a escola deve orientar sua organização e seleção curricular para possibilitar aprendizagens específicas, respeitando-se o acúmulo de conhecimentos sistematizados, com vistas à transformação social e à emancipação dos sujeitos pela via da educação formal pública. A interdisciplinaridade,

nesse contexto, não permite artificialismos e, ao se considerar os campos e domínios científicos em suas particularidades como objetos de ensino/aprendizagem, traduzidos nos conteúdos selecionados, evidencia-se que

as relações interdisciplinares se estabelecem quando:

- conceitos, teorias ou práticas de uma disciplina são chamados à discussão e auxiliam a compreensão de um recorte de conteúdo qualquer de outra disciplina;
- ao tratar do objeto de estudo de uma disciplina, buscam-se nos quadros conceituais de outras disciplinas referenciais teóricos que possibilitem uma abordagem mais abrangente desse objeto.(Id. p.29)

2. Opção pela seleção de conteúdos, classificados segundo sua importância e abrangência, em estruturantes, básicos e específicos

Esta organização relaciona-se diretamente à centralidade do conhecimento na realização do papel social da escola. Cada disciplina encerra uma história e justifica-se segundo as diretrizes culturais de uma época ou contexto. Assim, há razões histórico-culturais para que, por exemplo, as disciplinas da Base Nacional Comum, sejam as atuais e não outras. Além disso, cada disciplina tem um campo de estudo definido, formas peculiares de abordar seus objetos, métodos de pesquisa e linguagens que lhe são próprias. Por isso, temos professores/as especializados em suas respectivas docências. Dessa forma, segundo SACRISTÁN

[...] A reflexão sobre a justificativa dos conteúdos é para os professores um motivo exemplar para entender o papel que a escolaridade em geral cumpre num determinado momento e, mais especificamente, a função do nível ou especialidade escolar na qual trabalham. O que se ensina, sugere-se ou se obriga a aprender expressa valores e funções que a escola difunde num contexto social e histórico concreto (SACRISTÁN, 2000, p. 150 apud. DCEs p. 26).

Ocorre que a especificidade dos conteúdos só pode ser garantida na forma escolar se os conteúdos ensinados/aprendidos realmente forem tratados de acordo com esta especificidade, o que não implica numa visão cientificista do currículo. Por isso, a arquitetura curricular

das DCEs toma conteúdos estruturantes como eixos, pois estes expressam conhecimentos fundamentais e/ou dimensões características de cada uma das disciplinas, cuja construção e legitimação é fruto de processos sociais. Conectados ao objeto de estudo das disciplinas, os conteúdos estruturantes expressam-se nos conteúdos básicos, os quais traduzem os conhecimentos que todos os estudantes devem ter o direito de aprender em cada uma das disciplinas. Dependendo da sua complexidade, os conteúdos básicos podem ainda ser desdobrados em tantos conteúdos específicos quantos as equipes escolares sentirem necessidade. O importante é assegurar que a escola seja, de fato, um local destinado à socialização e produção de conhecimento e que consiga dialogar com os conhecimentos populares e com saberes difusos do cotidiano sem limitar-se a eles.

3 Centralidade do trabalho pedagógico: construção e acompanhamento coletivo do projeto político-pedagógico e da gestão escolar

As DCEs entendem que a práxis democrática só se faz a partir do envolvimento de todo o coletivo escolar nas tomadas de decisão e na efetivação dos objetivos peculiares de cada instituição. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a PPC (Proposta Pedagógica Curricular) a ele integrada, não podem ser entendidos como conjuntos de papéis (perspectiva burocrática), mas como resultados processuais de amplos e qualificados debates entre os coletivos e sujeitos que cotidianamente produzem a realidade da escola. Não é raro que o currículo e o PPP, como “documentos”, expressem situações, objetivos, valores que contradizem a prática escolar vivida.

Para “aproximar” o projeto defendido pelos sujeitos da escola à prática efetivada na escola, diminuindo a tensão entre o que se afirma institucionalmente e o que se pratica cotidianamente é fundamental que as dimensões da gestão escolar (administrativa, pedagógica, docente) sejam ambas direcionadas para a finalidade maior da escola, que é, como vimos, a realização de sua função social. No que diz respeito aos encaminhamentos de planejamento e gestão do trabalho docente, as DCEs destacam a importância do trabalho de organização, realização e articulação dos PTDs. Trabalho este que está no cerne das funções peculiares dos/as pedagogos/as escolares, os/as quais,

devem exercer seu papel articulador, oportunizando, por exemplo reflexões e debates sobre aspectos fundamentais do trabalho docente, tais como: avaliação que contribua para a formação do estudante e melhoria contínua da escola; atenção à diversidade escolar e respeito aos direitos de todos os sujeitos escolares; pertinência dos conteúdos de ensino ao campo teórico-metodológico das disciplinas; formas de diálogo entre conteúdos ensinados por diferentes docentes/disciplinas num mesmo período, etc.

FINALIZANDO

Os três pontos destacados neste texto estão longe de esgotar a totalidade de fundamentos, conceitos e argumentações presentes nas DCEs. A escolha desses recortes objetivou complementar os demais elementos e fundamentos tratados ao longo da Semana Pedagógica. Sugerimos a todos/as professores/as e, sobretudo, a todos/as pedagogos/as que reflitam e debatam os pontos, que neste texto, limitamo-nos a delinear. Chamamos, também, a atenção para os debates atuais sobre o tema Currículo, pois estamos vivendo um período em que as discussões nacionais referentes à melhor forma de organizar os programas de ensino (por áreas, por disciplinas, por eixos integradores) têm sido acirradas.

Não se objetiva aqui entrar no mérito das diferentes tendências e correntes curriculares que buscam, partindo de lógicas e argumentos distintos, ampliar seu espaço institucional. O importante é que nós, educadores/as da Rede Estadual de Educação do Paraná, nos inteiremos desses debates e, sobretudo, sigamos evoluindo rumo à concretização da escola pública que, de fato, seja democrática e, dessa forma, contribua para a democratização do conhecimento com vistas à construção da autonomia intelectual e da formação humana integral.

REFERÊNCIA

PARANÁ. SEED. DEB. **Diretrizes curriculares orientadoras para a Rede Estadual de Educação do Paraná.** (Versão impressa). Curitiba, 2008.